



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7445 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

Avalia-se o que não se ensina: o furor avaliativo como sintoma da educação brasileira

Eric Ferdinando Kanai Passone - UNICID - Universidade Cidade de São Paulo

AVALIA-SE O QUE NÃO SE ENSINA: O FUROR AVALIATIVO COMO SINTOMA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

Nos estudos de políticas públicas, no que concerne aos regimes democráticos considerados consolidados, o termo *accountability* implica a tendência dos mandatários de “prestar contas” de suas atividades à sociedade (O’DONNELL, 1998). Concorde-se que a relação entre ética e *accountability* nem sempre é óbvia, embora a mesma retrate um movimento de transição às sociedades democráticas ou novas poliarquias. Entretanto, no caso brasileiro, quando se trata de políticas públicas de educação, tal noção ganhou certos contornos empresariais ao ser reinscrito como dispositivo de “responsabilização” escolar e educacional (AUTOR, 2020).

No campo de estudos em educação, há pesquisadores (AFONSO, 2009; DUPRIEZ *et al*, 2020) que consideram a “*accountability* educacional” uma tendência mundial, observável desde os governos das Américas aos da Europa e Ásia. Essa tendência se articularia em torno de três dimensões complementares, a saber: a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização escolar. A contribuição de Dupriez e colaboradores (2020) foi mostrar a existência de uma arena de governança institucionalizada caracterizada por narrativas políticas compartilhadas que são traduzidas e disseminadas com variações, em cada um dos territórios nacionais. Assim, apontam a natureza específica do nível local nacional em um conjunto de relações que conectam o local ao contexto internacional, em que há prevalência de histórias nacionais, apesar da difusão do global dessas políticas.

Ao inscrever a figura do furor avaliativo como sintoma da educação brasileira pretendo deslocar a leitura habitual acerca dessa obsessão educacional, que possui como referente o campo discursivo sobre o contemporâneo, para pensa-lo como um traço singular do *modus operandi* da “cultura política brasileira”, uma repetição do passado que se atualiza no presente, revelando-se a partir de aspectos que possam ser ditos acerca de nosso “sintoma nacional”. Para situar essa questão, partir-se-á da noção do “mito do Paraíso Terrestre”, como fala Octavio Paz (1972), para pensar o “mito fundador” da sociedade brasileira, o que também implicaria a certos desdobramentos no campo educacional, tal como essa mania de se querer obter certos fins sem que se empreguem os meios necessários para tanto. Isso que retrataria certo traço sintomático que se repete ao longo do tempo, quando o tema é a formação cultural e cidadã do povo brasileiro.

Dito de outro modo, trata-se de refletir sobre isso que se apresenta ao longo da nossa história como algo temerário, uma fraqueza de ânimo ou ausência de desejo em se sonhar uma escola como um bem público comum a todos, tal como a conhecemos tradicionalmente na história de outras nações as quais seus povos lograram na conquista e na criação de um sistema nacional de educação e ensino – laico, gratuito e obrigatório –, tendo em vista à invenção de um Estado para uma nação, e, conseqüentemente, como um ato político significante, isto é, que carrega marcas simbólicas capazes de engendrar condições à criação de laços sociais irreduzíveis à vida na polis.

Em outra direção, a leitura que apresento, longe de ser a última palavra no assunto, retrata certos traços identificatórios que conferem particularidade ao *modus operandi* latente na vida brasileira, especialmente quando se trata de refletir o registro especular de uma imagem fantasiosa de acesso a um gozo sem limites, traço dessa busca por um gozo relacionado ao nosso “complexo de paraíso”, como pontua Octavio Souza (1994) sobre as “fantasias de Brasil” que nos aprisionaria em termos imaginários, marca de certa posição infantil tributária à ilusão de gozo do Outro.

A reflexão acerca do furor avaliativo remete a denegação simbólica no campo sóciopolítico como sintoma social implicado à educação brasileira. A despeito do que se possa pensar o imaginário pedagógico nacional, o furor avaliativo se inscreve no registro de uma fantasia de acesso a um gozo sem limites – na medida em que se avalia justamente o que não se ensina – retrato dessa busca por um gozo desmedido relacionado a “fantasia de Brasil”.

Sob a inflação desse imaginário, vigora um espesso “nada querer saber” acerca de nossa dívida com o passado e com a nossa história, como mostra Calligaris (2000) ao trazer para o debate outra fantasia de nossa herança colonial, a saber, a fantasia de escravidão. Fantasia de gozo e de terror, que, por um lado, outorgou para alguns o “direito” ao gozo, tal como na figura retórica do colonizador-explorador, ou gozo do colonizador de exaurir e devastar a terra e o outro semelhante (o índio, o negro, o estrangeiro, a criança, a mulher, etc.), como outrora fez com o próprio pau-brasil; e, por outro, a figura do colono cujo desejo expressa o sonho do colonizado e do imigrante de “vir-a-ser” outro em função de uma nova filiação simbólica, esta que remeteria às condições de criação de laços sociais capazes de reconhecê-los como cidadãos em termos de igualdade e fraternidade, isto é, como “a-sujeitados” ao espírito das leis e ao laço civilizatório moderno.

Nesse sentido, encontra-se essa ânsia em se avaliar o que não se ensina nas escolas, ou o que se induz para aprender sem o saber, recrutando qualquer indivíduo para ser professor, condição que também remeteria a ausência histórica de um lugar socialmente reconhecido à formação professoral e à função da escola pública como condição de fundação de uma Nação.

Tal sintoma, constituído desde nossa fundação societária, sobredetermina as práticas sociais e educacionais – de um modo tanto cínico e perverso –, denegando a realidade histórica, recorrendo ao gozo em detrimento da lei e, em plena desfaçatez e impostura, operando resistências contra a civilidade, a diferenciação e a formação social, dado ser paradoxal essa dupla função de encobrir e preservar que presta a função devastadora de tal furor.

Eis a essência do *furor avaliativo* que, paradoxalmente, terminaria por deflacionar ainda mais a educação escolar e o ensino nas diferentes regiões do território nacional. Em decorrência disso, em pleno século XXI, novos e velhos desafios se perfilam ante o sonho de engendrar uma escola pública inclusiva, gratuita e de qualidade, que se constitua como direito de todo(a)s, sem discriminação de origem social, raça e gênero e/ou de diferenças biológicas e psíquicas, enfim, uma escola que acolhe, respeita e desenvolve integralmente laços formativos e humanizantes junto à diversidade que nela se encontra e que constitui o grande público da escola brasileira.

Com efeito, no horizonte das promessas de satisfação plena que vincula tal fantasia, aprofundam-se os contingentes humanos cada vez mais insatisfeitos, “livres”, mas à deriva do gozo, condição inconsciente que aprisiona o imaginário social à figura de um “salvador da pátria” de plantão, ou legitima-se, mais uma vez, a “lei de Gerson”. Em suma, não seria esse o destino trágico a que assistimos bestializados em face da política atual do Brasil?

Palavras-chave: Políticas públicas em educação. Avaliação educacional. Educação brasileira.

REFERÊNCIAS

AUTOR, 2020.

AFONSO, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandarizados e rankings escolares. *Revista Lusófona de Educação*, (13)1, 13-29, 2009.

CALLIGARIS, Contardo. *Hello Brasil!:* notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil. 6a ed.). São Paulo: Escuta, 2000.

DUPRIEZ, V., BARBANA, S., & DUMAY, X.. Accountability policy forms in European educational systems: an introduction. *European Educational Research Journal*, (19)2, 165-169, 2020.

O'DONNELL, G. (1998). Accountability horizontal e novas poliarquias. *Lua Nova*, 44, 27-35.

PAZ, O. (1972). *Signos em rotação*. São Paulo: Perspectiva, 1972

SOUZA, Otávio. *Fantasia do Brasil:* as identificações na busca da identidade nacional. São Paulo: Escuta, 1994.